



ANEXO I-A - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

OBJETO: contratação de instalador de equipamentos de áudio para as Unidades Judiciárias e Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho

1. Necessidade do demandante

A terceirização no serviço público foi instituída em 1967, pelo Decreto-Lei 200, e a Lei 5.645/70 descentralizou as atividades de limpeza, copeiragem e vigilância, com a finalidade de reduzir a participação do Estado em atividades que regularmente são desempenhadas pela iniciativa privada, tornando a máquina pública mais flexível e dinâmica, promovendo economia para os cofres públicos. A contratação de serviços continuados foi regulamentada definitivamente na Administração Federal pelo Decreto 9.507/2018.

A Instrução Normativa 5/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão dispõe em seu artigo 8º que poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio administrativo. O artigo 9º, IV dispõe que as atividades inerentes as categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade não serão objeto de execução indireta da Administração Pública.

O artigo 7º, caput da mesma Instrução Normativa estabelece que, nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria. E o § 1º dispõe que a Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

O Setor Técnico de Áudio necessita de serviços de instalação e manutenção de equipamentos de sonorização para que possa prestar serviços de sonorização, operacionalização e gravação de áudio em sessões de julgamento, seminários, reuniões e também nos eventos da Escola Judicial a fim de proporcionar aos magistrados a formação necessária constante no capítulo X do Código de Ética da Magistratura, uma vez que muitos juízes exercem sua jurisdição em unidades do interior.

Conforme se observa no Parecer ASSEJUR/COLEG 261/2017 a Assessoria Jurídica entendeu possível as terceirizações propostas no MEM CGT 275/2017 referentes aos postos tabulados com as letras J.2 e L, que tratam do Operador de Áudio e Vídeo - CBO 3732-05. Isto porque, na compreensão da Assessoria Jurídica, os postos de operador de áudio e vídeo encontram-se inseridos no conceito de "atividade-meio" – num contexto de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, não se observando no quadro efetivo cargo com atribuições iguais ou semelhantes (Ato CSJT nº 193/2008), conformando-se assim, aos ditames do Decreto-lei nº 200/1967, Decreto nº 9.507/2018 e Resolução CSJT nº 47/2008, passíveis, portanto, de execução indireta.

A terceirização produz também efeitos indiretos na duração razoável do processo, na medida em que permitem melhores condições de trabalho, pois permite a gravação de audiências, a transmissão das sessões de julgamento, dos eventos da Escola Judicial para a formação de



servidores e magistrados para que estes se concentrem na entrega da missão Institucional, para aprimorar a solução dos conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional.

Assim, uma vez que não há no quadro de pessoal do Tribunal cargo especializado com as atribuições indicadas, entende-se pertinente a contratação de serviço terceirizado de instalador de áudio (CBO 3741-10).

Por outro lado, em relação às soluções disponíveis para a operacionalização de serviços de sonorização, uma contratação por demanda não seria viável, uma vez que os chamados para o conserto, instalação e manutenção preventiva dos equipamentos ocorrem em diversos momentos do dia e necessitam de ajustes constantemente. Além disso, uma eventual quebra de equipamento, se não for solucionada, pode impedir tanto a gravação das sessões de dissídios coletivos, como também a sonorização dos eventos. Tem-se também a necessidade de que se efetue a troca dos equipamentos antes que se danifiquem.

Acrescente-se que o Tribunal firmou o Contrato n. 53/2018 (Processo de Dispensa da Licitação n. 75/2018), cujo objeto consiste na contratação de serviços terceirizados de instalador de áudio (*sistema digital, mesas analógicas e mesas digitais, operação e manutenção de cabeamentos e instalações de sonorização em sessões, seminários, reuniões e outros eventos realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9^a Região*), prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico n. 44/2018. A vigência contratual teve início em 24-09-2018. De acordo com o Quinto Termo Aditivo, a vigência foi prorrogada por doze meses, a contar de 24-9-2022, de modo que terminará na data de 23-09-2023.

2. Descrição dos requisitos da contratação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.^a REGIÃO

- Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade estão no Termo de Referência, em anexo.
- De acordo com a Instrução Normativa nº. 05/2017, classificam-se como continuados os serviços cuja necessidade de contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, portanto, os serviços de instalador de áudio, objeto da presente contratação, preenchem os requisitos estabelecidos para serem tipificados como contínuos.
- O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da lei 8.666/1993.
- A Contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em particular:
 - I - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04/2016;
 - II - não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:
 - a) Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
 - b) Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
 - c) No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
 - d) Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
 - e) No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
 - f) Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
 - g) No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- Não haverá necessidade de transferência de conhecimento.

3. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.^a REGIÃO

Com a publicação da Emenda Constitucional 95/2016, a nomeação de servidores tornou-se mais difícil, uma vez que nos termos do artigo 109, IV e V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está vedada a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, bem como a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias. Assim, direcionar servidor para a execução de serviços de Instalador de Áudio (CBO 3741-10) impediria a nomeação de outro servidor que poderia atuar diretamente na área judiciária (área fim).

Tampouco seria economicamente viável que o serviço fosse prestado por servidor, posto que o técnico judiciário que ingressa hoje possui remuneração no valor de R\$ 9.229,60, sendo R\$ 3.352,86 relativo ao vencimento, R\$ 4.694,00 de GAJ e R\$ 1.182,74 de auxílio-alimentação. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.664,24 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Em relação às soluções disponíveis para a operacionalização de serviços de Instalador de Áudio, uma contratação por demanda não seria a mais adequada porque os serviços não são sazonais, ao contrário, as necessidades da Corte nessa área são permanentes.

Por isso, justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de Instalador de Áudio, uma vez que economicamente continua sendo mais vantajoso do que a prestação de serviços por servidor do quadro do Tribunal. Além disso, o próprio Decreto 9.507/2018 e Portaria nº 443/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão permitem a terceirização de tais serviços.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços de Instalador de Áudio, por meio de terceirização, via posto de trabalho com dedicação exclusiva.

Finalmente, cabe ressaltar que, a fim de instruir a contratação de Serviço de Instalador de Áudio, efetuou-se pesquisa no portal Banco de Preços, com empresas prestadoras de serviços e com órgãos públicos. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Posto de instalador de áudio”, “Posto de instalação de áudio”, “3741-10”, “Posto Áudio”. A pesquisa não resultou em nenhuma contratação similar. Os resultados mais próximos não foram de contratações de postos, mas serviços sem caráter de exclusividade, o que não é compatível com as demandas particulares deste órgão ou com a presente proposta de contratação. Foram também consultados os seguintes fornecedores: SISTEMARE Serviços Especializados – EIRELI; SETTA Serviços Terceirizados Ltda.; Adservi Administradora de Serviços Ltda.; Avantt Seleção e Treinamento de Mão de Obra Ltda.; Liderança Limpeza e Conservação Ltda.; Planservice Terceirização de Serviços Ltda.; H2F Construções e Serviços Terceirizados de Mão de Obra Ltda. e Totalcob Serviços Terceirizados Ltda. Desses fornecedores, as empresas Planservice Terceirização de Serviços Ltda.; H2F Construções e Serviços Terceirizados de Mão de Obra Ltda.; SISTEMARE Serviços Especializados – EIRELI e Avantt Seleção e Treinamento de Mão de Obra Ltda. retornaram com cotação de preços, conforme solicitado.



4. Descrição da solução escolhida e justificativa técnico-econômica

Contratação de serviços terceirizados de serviços de Instalador de Áudio para o Tribunal Regional do Trabalho da 9^a Região – *sistema digital, mesas analógicas e mesas digitais, operação e manutenção de cabeamentos e instalações de sonorização em sessões, seminários, reuniões e outros eventos realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9^a Região* –, compreendendo o fornecimento de mão de obra, equipamentos de proteção individual e uniformes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

Saliente-se que a Instrução Normativa 5/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão dispõe em seu artigo 8º que poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio administrativo, e o seu artigo 9º, inciso IV, dispõe que as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade não serão objeto de execução indireta da Administração Pública.

Uma vez que não há no quadro de pessoal do Tribunal cargo especializado com as atribuições requeridas, a terceirização é indicada para a execução de serviços de Instalador de Áudio.

Considere-se, ainda, que serviços de Instalador de Áudio com mão de obra residente estão inseridos na gestão dos recursos humanos colocados à disposição do Tribunal, na medida em que os trabalhadores terceirizados são a força de trabalho auxiliar do Poder Judiciário e também estão enquadrados nos recursos orçamentários, uma vez que tal dispêndio deixa de impactar no orçamento de despesa com pessoal, conforme a atual política de reforma fiscal e orçamentária adotada no País, nos termos da Emenda Constitucional 95/16.

No mais, direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de Instalador de Áudio é, conforme pesquisa de mercado, de R\$ 6.149,38. Caso o serviço fosse prestado por um técnico judiciário que ingressasse hoje a remuneração seria no valor R\$ 9.229,60, sendo R\$ 3.352,86 relativo ao vencimento, R\$ 4.694,00 de GAJ e R\$ 1.182,74 de auxílio-alimentação. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.664,24 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Quanto à viabilidade técnica, salienta-se que a Lei 6.615/78 estabelece os critérios para o exercício da profissão de radialista, e o Decreto 84.134/79 regulamenta tal lei. O artigo 2º do Decreto 84.134/79 dispõe que é considerado radialista o empregado de empresa de radiodifusão que exerça função estabelecida no anexo do Decreto. Por sua vez o artigo 3º tanto da Lei 6.615/78 como do Decreto 84.134/79 estabelece o que se considera empresa de radiodifusão: aquela que explora serviços de transmissão de programas e mensagens, destinada a ser recebida livre e gratuitamente pelo público em geral, compreendendo a radiodifusão sonora e radio difusão de sons e imagens (televisão). Uma vez que há transmissão dos dissídios coletivos, das sessões, bem como dos eventos da Escola Judicial, e há situações que a transmissão é ao vivo pela internet, considerou-se similaridade com as atividades dispostas no Decreto 84.134/79 que trata sobre a profissão de radialista.

O artigo 4º do Decreto estabelece quais são as atividades de radialista e as classifica em 3 tipos:



Administração, Produção e Técnica. E os parágrafos estabelecem os setores que compõe cada atividade. O § 3º do mesmo artigo determina os setores que compõem as atividades *técnicas*, o que, combinado com o anexo do regulamento, dispõem sobre os títulos e as descrições das funções, conforme segue, e de acordo com a necessidade estabelecida pelo Setor Técnico de Áudio que se enquadra na letra "h", de manutenção técnica, e de acordo com o anexo ao Decreto-Lei 84.134/79, alterado pelo Decreto 9.329/2018, possui as seguintes atribuições: *"Supervisor Técnico: responsável pelo bom funcionamento dos equipamentos em operação necessários às emissões, gravações, transporte e recepção de sinais e transmissões de uma emissora de rádio ou televisão."*

O artigo 18, II da Lei 6.615/78 estabelece que a duração normal do trabalho de Radialista é de 6 horas para os setores de produção, interpretação, dublagem, tratamento e registros sonoros, tratamento e registros visuais, montagem e arquivamento, transmissão de sons e imagens, revelação e copiagem de filmes, artes plásticas e animação de desenhos e objetos e manutenção técnica.

A Classificação Brasileira de Ocupações estabelece o código 3741-10 - para o Técnico em instalação de equipamentos de áudio e para o exercício de tal função requer-se a formação pós-secundária e cursos de especialização de até quatrocentas horas-aula para os demais profissionais, sendo que para o técnico em instalação de equipamentos de áudio a exigência pode ser menor.

Há a necessidade dos seguintes conhecimentos que deverão ser comprovados com certificados:

- Conhecimento em passagem de cabos de sinal e de energia;
- Instalação e montagem de racks de som e ligação de seus cabos de sinal;
- montagem de cabos e conectores dos tipos: P2 mono e estéreo, P10 mono e estéreo, XLR m/f. Rca m/f, coaxial, entre outros utilizados em áudio;
- Experiência com solda de cabos de áudio;
- Experiência em clipagem de cabos de rede;
- Montagem e ligação de mesas, amplificadores e demais periféricos de som;
- Conhecimento em montagem de equipamentos da série London (Bss);
- Instalação de caixas de áudio;
- Manutenção em equipamentos de áudio em geral;

Conforme solicitação do Setor Técnico de Áudio, os instaladores terão as seguintes atribuições:

- Fazer cabos, incluindo suas pontas quanto necessário;
- fazer a passagem de cabos para o bom funcionamento dos equipamentos;
- amarrar e organizar os racks de áudio;
- organizar as instalações de mesas de som digital e analógica.

As atividades a serem exercidas são as seguintes, conforme tabela de atividades do CBO:

- configurar sistemas;
- alinhar sistemas de sonorização;
- avaliar características de fonte sonora;
- selecionar e posicionar transdutores eletroacústicos;
- equilibrar sinais de fontes de áudio;
- analisar sinais através de instrumentos de medição;
- misturar sinais de áudio para outros sistemas;
- ajustar estruturas de ganho de sistema;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO

- preparar sistemas de monitoração para gravação;
- definir necessidades técnicas de evento;
- verificar condições de infraestrutura para acesso e instalação de equipamentos;
- identificar parâmetros acústicos do local;
- limpar equipamentos;
- testar o funcionamento dos equipamentos e quando for substituir os equipamentos necessários;
- conectar e desconectar sistemas de caixas acústicas;
- desinstalar transdutores;
- conectar sinais de áudio, conferir funcionamento de sistema de áudio e a uniformidade de distribuição de áudio em ambiente;
- demais atividades conforme CBO 3741-10.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços de Instalador de Áudio para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por meio de terceirização com dedicação exclusiva, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Considerando a necessidade de manutenção preventiva de todos os equipamentos de som do Tribunal, bem como a execução de testes completos de operação, gravação e verificação de ruídos bem como pequenas melhorias nos equipamentos, substituições de conectores e adaptadores os quais serão fornecidos pelo Tribunal, há a demanda de 1 posto de Instalador de Áudio.

ITEM	UNIDADE	POSTO	VALOR MENSAL POR POSTO	NÚMERO DE POSTOS	VALOR MENSAL TOTAL
1	Curitiba	Instalador de áudio - 30 horas semanais (6 horas diárias)	R\$6.264,47	1	R\$6.264,47
Mão-de-obra total				1	R\$6.264,47

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL TOTAL
Mão-de-obra	R\$6.264,47
Deslocamento (pagamento condicionado a efetiva realização do deslocamento)	R\$363,64
Total mensal máximo	R\$6.628,11

6. Estimativa do valor de contratação

Em relação às planilhas de custo, utilizou-se o modelo recomendado na IN 5/2017 MPDG, e, em relação aos salários e os insumos, observou-se o estabelecido na Convenção firmada entre o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado do Paraná e o Sindicato dos Radialistas Profissionais e dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná – 2023-2024 (PR000754/2023), uma vez que no Paraná é o Sindicato que abrange tal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO

categoria.

Em relação aos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários:

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

INSS: 20%, nos termos da Lei 8.212/91, artigo 22, I

Salário Educação: 2,5% nos termos do Decreto 87.403/82, artigo 3º, I

Seguro de Acidente de Trabalho: 6%, conforme a Lei 8.212/91, art. 22, II “b” e “c” (fator máximo do FAP de 2 indicado pela previdência social, multiplicado pelo percentual de 3% de RAT)

SESC/SESI: 1,50% - Lei 8.036/90, artigo 30

SENAI/SENAC: 1,00% - Decreto-lei 2.318/86

SEBRAE: 0,60% - Lei 8.029/90

INCRA: 0,20% - Decreto/lei 1.146/70 art. 1º, I

FGTS: 8% - Lei 8.036/90, art. 15, e art. 7º, III da CF.

A Resolução 169/13 do Conselho Nacional de Justiça dispõe acerca da necessidade de provisionamento das verbas a título de 13º salário, férias, terço constitucional de férias, e multa do FGTS, as quais também foram considerados na planilha de custos.

Insumos:

Para a obtenção dos valores de insumos: uniformes e equipamento de proteção individual, efetuou-se pesquisa de mercado no Banco de Preços, nos termos da Instrução Normativa 73/2020, e em sítios eletrônicos. Utilizou-se como critério para a obtenção do valor a média dos itens pesquisados sendo desconsiderados valores subavaliados ou superavaliados.

Deslocamentos:

Quando houver necessidade de deslocamento para as cidades de abrangência da jurisdição do Tribunal, o transporte será efetuado preferencialmente pelo Contratante, em veículo oficial. Quando o transporte não puder ser realizado pelo Contratante, a Contratada providenciará o transporte dos profissionais, efetuando o pagamento antecipadamente.

Todas as despesas da Contratada com deslocamento serão pagas mediante nota fiscal própria da empresa acompanhada de planilha que indique a quantidade de viagens efetuadas, a data do deslocamento, se houve ou não a necessidade de pernoite, o nome do trabalhador e o seu respectivo posto, sendo que o pagamento fica condicionado ao ateste do fiscal.

O pagamento do deslocamento será efetuado conforme a efetiva utilização de cada um dos itens.

Nos dias de viagens, havendo necessidade de pernoite na localidade de destino, as despesas com estada e alimentação deverão ser garantidas pela Contratada e serão reembolsadas pelo Contratante. As despesas com o deslocamento integral compreendem transporte intermunicipal; transporte dentro do município; hospedagem; e alimentação (duas refeições diárias).

O pagamento das despesas com transporte dentro do município observará as tarifas vigentes à época do deslocamento.

As despesas com deslocamento parcial não implicam hospedagem e compreendem, apenas, despesas com uma refeição diária. As estimativas de viagens e valores para o período de 12 (doze) meses estão descritas na tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.^a REGIÃO

Despesas			Qtd. prevista	Valor por viagem	Valor total
Passagem de ônibus intermunicipal (ida e volta)			6	R\$ 386,79	R\$ 2.320,74
Passagem de ônibus municipal (equivalente a 4 passagens por dia)			6	R\$ 16,88	R\$ 101,28
Pernoite em hotel (preço médio)			6	R\$ 109,03	R\$ 654,18
Alimentação (preço médio equivalente a 2 refeições)			6	R\$ 73,94	R\$ 443,64
Subtotal anual					R\$ 3.519,84
Despesas administrativas e lucro			Tributação sobre faturamento		
Despesas adm.	6,00%	R\$ 211,19	I.S.S.	5,00%	R\$ 227,61
Lucro	6,79%	R\$ 239,00	PIS	0,65%	R\$ 29,59
Total despesas	12,79%	R\$ 450,19	COFINS	3,00%	R\$ 136,57
Base para tributação		R\$ 4.552,26	Total tributação	8,65%	R\$ 393,77
Custo máximo anual previsto para Deslocamento					R\$ 4.363,80
Custo mensal previsto para Deslocamento (máximo anual/12)					R\$ 363,64

7. Parcelamento ou não da solução

Conforme disposto no artigo 24, § 1º, VIII, da IN 5/2017, os Estudos Preliminares devem trazer as *"justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto"*.

A maior demanda concentra-se em Curitiba, em virtude da localização da Escola Judicial e do Tribunal, de modo que o posto ficará lotado em Curitiba, podendo eventualmente deslocar-se para uma das Unidades deste Regional. Considerando-se, ainda, que o objeto da contratação é de somente um posto, inaplicável o parcelamento.

8. Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do TRT 9ª Região, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações

A Resolução 159/2012 do CNJ determina em seu artigo 6º que os Tribunais, por meio de suas Escolas Judiciais ou de Magistratura, promovam a formação profissional de magistrados em seus âmbitos de atuação.

A Resolução Administrativa 68/2021 o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 e estabelece os valores do Tribunal, que representam um conjunto de princípios e crenças fundamentais em uma instituição, e sustentam as decisões da organização, permeando as atividades e as relações com os jurisdicionados. Elegeu, por exemplo, a transparência, a inovação e a acessibilidade como valores institucionais. A contratação de um posto de instalador de áudio é fundamental para que se promova a transparência, uma vez que as audiências e sessões de dissídios são gravadas e permitem em alguns casos a transmissão simultânea das sessões, bem como dá acessibilidade para que os interessados nas sessões possam acompanhá-las, assim como busca a inovação das audiências por meio de recursos tecnológicos.

Além disso, a necessidade de capacitação contínua muitas vezes só é obtida por meio da sonorização das aulas, uma vez que a distância poderia impedir a capacitação daqueles que



estão distantes da Escola Judicial.

A necessidade de capacitação é de extrema importância para que o Tribunal consiga em última instância alcançar seu objetivo, qual seja, de assegurar a execução por meio de ferramentas tecnológicas, assim como se verifica ação semelhante para se estimular a conciliação por meio de criação de manual de conciliação que indique momentos oportunos para tal prática. Tal objetivo tem como justificativa a disponibilização de informações de forma prática que vem ocorrendo principalmente por meio de cursos promovidos pela Escola Judicial.

Portanto, produzem efeitos diretos na duração razoável do processo, na medida em que permitem o aprimoramento de servidores e magistrados por meio de capacitação adequada permitindo melhora na atuação para a resolução dos conflitos provenientes das relações de trabalho, que é a missão do Tribunal.

Assim como possibilita a melhoria das decisões que ocorrem nas Turmas do Tribunal, uma vez que permitem que as sessões sejam gravadas para posteriormente serem ouvidas pelos servidores e desembargadores.

Não obstante, tal serviço também está conectado às macroestratégias do TRT da 9ª Região, tanto nos processos internos quanto nos recursos do Mapa Estratégico do Tribunal, pois estão inseridos nos recursos humanos, na medida em que os trabalhadores terceirizados são a força de trabalho auxiliar do Poder Judiciário e também estão enquadrados nos recursos orçamentários, uma vez que tal dispêndio deixa de impactar no orçamento de despesa com pessoal, conforme a atual política de reforma fiscal e orçamentária adotada no País, nos termos da Emenda Constitucional 95/16.

Além disso, consta no Plano Estratégico do Tribunal de 2021-2026, aprovado pela Resolução Administrativa 68-2021:

“4.1. Perspectiva Sociedade

Objetivo Estratégico: Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais, com o uso de ferramentas digitais

Aperfeiçoar os processos de comunicação com foco no incentivo ao diálogo com a sociedade e instituições públicas e privadas, e na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas, e resultados operativos da jurisdição trabalhista para todos os atores do sistema de justiça e sociedade, para fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos das políticas públicas.”

A contratação proposta encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2023 – SLC – Secretaria de Licitações e Contratos, no processo Votor 289688, ID 8366958, item SIGEO 151102023000233.

Finalmente, frise-se que não há política pública a ser atendida com a presente contratação.

9. Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável

É inegável que a manutenção dos equipamentos de áudio é essencial para a execução das



atividades jurisdicionais, uma vez que a capacitação constante de magistrados é pré-requisito para o próprio exercício da profissão, nos termos do Capítulo X, artigos 29 a 36 do Código de Ética da Magistratura.

E por isso as atividades de instalação e manutenção de equipamentos de som apoiam a atuação dos magistrados pois produzem efeitos diretos na duração razoável do processo, na medida em que permite a capacitação de magistrados para a resolução dos conflitos para a obtenção de um serviço de qualidade na administração de Justiça.

Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, tem-se que direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de Instalador de Áudio é, conforme pesquisa de mercado, de R\$ 6.149,38. Caso o serviço fosse prestado por um técnico judiciário que ingressasse hoje a remuneração seria no valor R\$ 9.229,60, sendo R\$ 3.352,86 relativo ao vencimento, R\$ 4.694,00 de GAJ e R\$ 1.182,74 de auxílio-alimentação. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.664,24 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Dado o exposto, conclui-se que a presente contratação se destina a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio de solução mais eficiente e eficaz disponível (terceirização ao invés da execução dos serviços por servidor público), com benefício ao desenvolvimento nacional sustentável.

10. Providências para adequação do ambiente do órgão

Não serão necessárias adequações nas Unidades do Tribunal que irão receber o instalador de áudio, tampouco será necessária capacitação dos servidores responsáveis pela contratação e fiscalização do contrato.

11. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento

Não há a previsão de impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

12. Contratações correlatas ou interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação;

13. Declaração de viabilidade da contratação

Após este estudo preliminar, verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do serviço de Instalador de Áudio, de modo a viabilizar a gravação de audiências, a transmissão de sessões de julgamento e de eventos da Escola Judicial. Com esta contratação, será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto, que é uma contratação viável. Será consignado a existência de orçamento disponível para a contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO

Anexos

- CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) do posto de Instalador de Áudio;
- Convenção firmada entre o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado do Paraná e o Sindicato dos Radialistas Profissionais e dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná – 2023-2024 (PR000754/2023);
- Mapa de Riscos;
- Planilha da estimativa da despesa;
- Planilha modelo de custos, uniforme, equipamentos;
- Pesquisa de Preços;
- Tabela comparativa de preços.